

A ORGANIZAÇÃO CAMPONESA NA ESPANHA REVOLUCIONÁRIA (1936-1939). Igor Pasquini Pomini, Moacir Gigante – História – Departamento de História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campos de Franca

Na noite de 17 para 18 de julho começou a guerra civil espanhola. Ela foi uma das guerras mais sangrentas e importantes do século XX. Com o início do conflito, começou também uma revolução social que foi um dos marcos do século XX.

A Espanha era, no início do século XX, um dos países mais atrasados da Europa, do ponto de vista industrial capitalista. Ela tinha uma tradição golpista por parte do exército, foram 52 tentativas em 122 anos, uma igreja que ainda tinha pretensões dominadoras (e que durou até a Revolução) e que era ao mesmo tempo a maior latifundiária do país, com uma estrutura agrária bastante concentrada. Se junta a isso um proletariado pouco numeroso, mas concentrado em certas regiões, principalmente na Catalunha, e que era bastante combativo. Havia ainda a questão religiosa enraizada na cultura espanhola, que contrasta com o ateísmo revolucionário, e os nacionalismos Catalão e Basco além da tradição da ideologia anarquista, que estava penetrada nas massas.

Em 1931, a República foi proclamada, mas ela já nasce morta, já que as tensões sociais oriunda da luta de classes estão no seu estado máximo. A República acabou se tornando, aos olhos dos ultraconservadores, uma inimiga em potencial, já que ela era tida como incapaz de solucionar os problemas da luta de classes. Daí os movimentos fascistas terem crescido demais.

Em 17/07/1936, o Gen. Franco e suas tropas se levantam contra a República, apoiados por vastos setores da burguesia conservadora espanhola.

Em um primeiro momento, após o levante do exército contra a República, é a C.N.T. (Confederação Nacional do Trabalho), um sindicato de tendência anarquista, que organiza a resistência, organizados em milícias. Mas, o golpe trouxe uma importante mudança na vida econômica espanhola. Com o comprometimento de grande parte dos proprietários com o golpe, muitas fábricas e muitos latifúndios foram abandonados por seus respectivos donos. Assim começou as coletivizações, que se davam com a apropriação de uma dada indústria ou propriedade rural pelos seus trabalhadores, a fim de que esta não pare de produzir. Contudo, não se pode falar em uma coletivização aplicada segundo um plano bem traçado. Ela foi uma obra de improvisação, apesar de os sindicatos, principalmente a C.N.T., mas em menor escala a U.G.T. (União Geral dos Trabalhadores), terem impulsionado este processo. Como escreveu Augustin Souchy: *A primeira fase da coletivização começou quando os trabalhadores tomaram sob sua responsabilidade a exploração das empresas. Em cada oficina, fábrica, escritório, loja, delegados sindicais foram nomeados para se ocupar da direção. Amiúde, esses novos dirigentes não tinham preparação teórica e eram poucos os seus conhecimentos de economia nacional. Entretanto, tinham um profundo conhecimento de suas necessidades pessoais e das necessidades do momento. A questão dos salários, dos preços, da produção, da relação desses fatores entre si, nunca foi estudada de modo científico. Eles não eram marxistas, nem proudhonianos. Mas conheciam seus ofícios, o processo de produção de suas indústrias, sabiam aconselhar. Seu espírito de iniciativa e invenção supria a falta de preparo. Em algumas fábricas da indústria têxtil, confeccionaram-se lenços em seda, em vermelho e negro, com a impressão de um texto antifascista. Esses lenços foram postos à venda. “Como vocês calculam os preços? Como estabeleceram a margem de lucro”, perguntou um jornalista estrangeiro e marxista: “Nada conheço do que concerne à margem de lucro”, respondeu o operário a quem se fazia essas perguntas. “Nós procuramos nos livros o preço da matéria-prima, calculamos as despesas usuais, acrescentamos um suplemento com vistas a um fundo de reserva, adicionamos a soma dos salários, acrescentamos um suplemento de 10% para o Comitê das Milícias Antifascistas, e o preço foi estabelecido. (2002, pg.33)*

Este processo não ficou estático. Os antigos patrões de muitas destas empresas socializadas eram, se aceitassem as novas condições, contratados como empregados comuns. Se não as aceitasse, era posto na rua. Os sindicatos destas empresas, muitas vezes se transformaram em empresas industriais, como aconteceu com os sindicatos da construção civil de Barcelona, que se ocupou de fazer novas obras.

Este processo se difere do ocorrido na Rússia, pois aqui, ao menos nos primeiros nove meses do conflito, não tomou força um processo de estatização da economia, e sim de um processo de autogestão, com a gestão direta de alguns setores econômicos por seus trabalhadores.

No campo, ocorreu algo parecido. Em pequenas localidades, principalmente, formaram-se as chamadas “Colectividades”, tinha um funcionamento parecido com o que se convencionou chamar de Comuna.

As Comunas tinham todas mais ou menos as mesmas linhas gerais de organização. Primeiramente, elas eram formadas espontaneamente, apesar de haverem algumas coerções por parte de milicianos. Por alguma razão, se juntavam as terras dos interessados e se declarava abolida a propriedade. A partir de então, reunidos em assembléia, se organizava o processo de produção, geralmente formavam-se grupos de trabalho de dez pessoas. A assembléia era o órgão máximo de deliberação, que escolhia livremente representantes dos trabalhadores para determinadas funções, e também poderia destituí-los. Os produtos da terra que eram abundantes eram distribuídos gratuitamente entre os membros da Colectividade. Os outros, era obtidos por compra ou troca com produtos que eram abundantes. Havia, em algumas Colectividades, cartões de racionamento, que servia para garantir uma distribuição eqüitativa dos produtos que não eram abundantes. Os salários eram pagos pela Colectividade e fixado pelos próprios trabalhadores em assembléia.

Este tipo de organização teve sua viabilidade, na Espanha, difícil de ser averiguada, já que a grande maioria das Colectividades não passara de 2 ou 3 colheitas. Mas seu alcance foi muito grande. Calcula-se que no Congresso da Federação dos Camponeses do Levante (21-23 novembro de 1937), se contavam 450 Colectividades rurais. Calcula-se também que metade da produção de laranja da região estava nas mãos da Federação Camponesa do Levante. Gaston Leval afirma que em Aragão, 75% dos pequenos proprietários aragonezes aderiram as Colectividades.

Sobre a viabilidade econômica das Colectividades agrícolas, Daniel Guérin escreve:

“Se diversificaron los cultivos, se iniciaron obras de irrigación y de reforestación parcial, se construyeron viveros y porquerizas, se crearon escuelas técnicas rurales y granjas piloto, se seleccionó el ganado y se fomentó su reproducción: finalmente, se pusieron enmarcha industrias auxiliares. La socialización demostró su superioridad tanto sobre el sistema de la gran propiedad absentista, en el que se dejaba inculta parte del suelo, como sobre el de la pequeña propiedad, en el cual se laboraba la tierra según técnicas rudimentarias, con semillas de mala calidad y sin fertilizantes.” (1977, p.41)

E ele ainda escreve: *“Se formaron extensos predios reuniendo distintas parcelas y se practicó el cultivo en grandes superficies, siguiendo un plan general dirigido por agrónomos. Merced a los estudios de los técnicos agrícolas, se logro incrementar entre un 30 y un 50% el rendimiento de la tierra. Aumentaron las áreas sembradas, se perfeccionaron los métodos de trabajo y se utilizó más racionalmente la energía humana, animal e mecánica.”* (1977, p.41)

Entre os principais problemas enfrentados pelas Colectividades no campo, e pelas socializações na cidade era o problema de matéria-prima. No início esta era razoável, mas com o desenrolar do conflito foi ficando cada vez mais escassa e cara. Além do fato de terem de sustentar as frentes em combate contra as tropas de Franco.

Cabe a este trabalho mostrar que houve uma resistência por parte do operariado e do campesinato espanhol para com o fascismo, que não se encaixou nos moldes da social-democracia européia, e nem nos moldes do comunismo de estilo soviético. Também é possível mostrar as práticas utilizadas neste processo e o seu resultado prático.

Para melhor se compreender este processo, bem como o funcionamento das Colectividades, além de referências bibliográficas sobre o assunto, é utilizado também algumas atas de congressos de época, além de algumas obras que foram escritas antes e durante os acontecimentos.

Referencias Bibliográficas

Broué, Pierre A Revolução Española 1931-1939. São Paulo, Ed. Perspectiva. 1992.

Guérin, Daniel Las Colectividades Campesinas 1936-1939. Barcelona, Tusquets Editor. 1977.

Souchy, Augustin Berthier, René (trad. Plínio Augusto Coelho) .Espanha Libertária A Revolução Social Contra o Fascismo. São Paulo, Editora Imaginário. 2002.